

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Eldes Class.: 1258

Data: 10/02/90 Pg.: 01 e 07



Telefoto de Josemar Gonçalves

Governo faz acordo com garimpeiros

Depois de iniciar operação para retirar pela força os 40 mil garimpeiros que ocupam a reserva dos ianomamis em Roraima, o Governo federal voltou atrás e destinou-lhes, ontem, três áreas em terras limítrofes às indígenas, na Floresta Nacional daquele Estado, num total de 665 mil hectares. O acordo foi negociado pelo Ministro da Justiça, Saulo Ramos, com o Governador Romero Jucá, que sempre ficou ao lado dos garimpeiros. O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou ontem a Boa Vista levando a nova orientação. Saulo, afirmando que o acordo beneficiará os índios, festejou:

— Achamos uma saída à brasileira: com açúcar e com afeto.

Antes de o Governo federal tomar a decisão, os garimpeiros impediram, com pequenos aviões, que um Bandeirante da Funai jogasse panfletos pedindo a saída da reserva. Para evitar um desastre, o piloto teve que fazer um pouso de emergência. O Superintendente da Funai, Coronel Airton Alcântara, condenou o garimpo nas novas áreas, entendendo que será uma prática tão perniciosa quanto nas terras ianomamis. Para o sertanista Sidney Possuelo, “foi tudo uma grande palhaçada”. Há indicações de que muitos garimpeiros não aceitarão as novas jazidas, que seriam de qualidade inferior. **Página 7**

Entre Jucá (à esquerda) e o Coronel do Exército Luís Francês, Tuma explica a nova orientação do Governo

(2)

Governo recua e abre novos garimpos

BRASÍLIA — Três dias depois de a Polícia Federal iniciar a operação de retirada dos 40 mil garimpeiros da área dos índios ianomamis, em Roraima, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, anunciou ontem a decisão do Governo de conceder a estes garimpeiros três áreas vizinhas às reservas indígenas, no total de 665 mil hectares. Invocando o inciso 25 do artigo 22 da Constituição, que define como obrigação da União a limitação de áreas para garimpagem através do cooperativismo, Saulo Ramos disse que estava "coroadado de pleno êxito" a negociação.

— Estamos aqui defendendo os índios. Um problema que parecia insolúvel estará definitivamente solucionado em três dias. Achamos uma saída à moda brasileira: com açúcar e com afeto — festejou o Ministro.

A solução contraria a decisão do Juiz Novely Vila Nova Silva Reis, da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que em outubro passado determinara ao Governo que interditasse os nove milhões de hectares atualmente divididos em 19 áreas ianomamis e duas florestas nacionais, e a retirada imediata dos garimpeiros.

O acordo, realizado entre representantes das associações dos garimpeiros, dos táxis aéreos, da Funai, do

Ibama, da Polícia Federal, do Ministério do Exército e do DNPM, será transformado em documento a ser assinado por todos nos próximos dias. Segundo o Ministro, os garimpeiros se comprometem a deixar as áreas ocupadas atualmente, a construir escolas e pequenos hospitais para os ianomamis, a garantir a preservação do meio ambiente nos novos locais, a usar filtros para mercúrio e a entregar as armas de fogo à Polícia.

Em contrapartida, o Governo se compromete a não apreender seus equipamentos, a realizar o cadastramento de todos durante a remoção, afastando os que têm antecedentes criminais e internando para tratamento os que apresentarem sintomas de doenças tropicais. As pistas de pouso construídas pelos garimpeiros em áreas indígenas serão destruídas, exceto as que puderem servir de apoio para Funai na assistência aos ianomamis.

O Presidente José Sarney assinou ontem à noite, depois de rápida audiência com o Presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, e com o Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, o decreto que regulamentou a garimpagem nas novas áreas.

1258 (B)

Jucá ganha. Funai e Ibama perdem

BRASÍLIA — A abertura da Floresta Nacional de Roraima ao garimpo foi negociada entre o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, pelo Governo federal, e o Governador Romero Jucá, representando garimpeiros e empresários que lucram com a atual situação. Sairam perdendo a Funai e o Ibama, responsáveis pela preservação dos índios e do meio ambiente. Representantes dos dois órgãos queixaram-se do Exército e da Aeronáutica, que apesar de terem recebido ordens da Justiça federal não retiraram os garimpeiros da região.

— Os militares deixaram o Governo federal sozinho nessa luta e tivemos que ceder à pressão do Jucá, que quer tirar proveito eleitoral do episódio — queixou-se um graduado funcionário envolvido na “Operação Canaimé”.

Governador biônico, Romero Jucá quer se eleger em outubro para um mandato de quatro anos, contando com o voto do garimpo. O Presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, informou que, apesar do acordo, os garimpeiros não podem se transferir imediatamente para a Floresta Nacional, porque ainda não existe um plano de manejo para a exploração econômica da área — o que é permitido pela Constituição, desde que de “forma racional”.

O Ibama já fez um levantamento por satélite da área, mas ainda não produziu os mapas correspondentes. Mesquita promete arrotar a fiscalização sobre os garimpeiros:

— Enquanto isso, eles devem esperar em Boa Vista, com suas bombas e seu mercúrio — disse.

Mesquita fora informado sobre o acordo na noite de segunda-feira, pelo Ministro Saulo Ramos, depois de ter ponderado ao Presidente Sarney que “isso apenas transfere o problema de um lugar para outro”. Mesmo assim, concordou, “por razões políticas, para evitar um convulsão social na área”. Já o Presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, desconhecia o acordo até o fim da tarde de ontem, quando foi convocado para conversar, primeiro com Saulo Ramos e depois com o Chefe do Gabinete Militar, Bayma Denys.

O Superintendente da Funai, Coronel Airton Alcântara, condenava a garimpagem na Floresta Nacional, que ele considera tão perniciosa quanto a exploração mineral na própria terra indígena. Em Roraima, o indigenista Sidney Possuelo, um dos principais coordenadores da “Operação Canaimé”, declarou-se frustrado com a decisão e tomou o avião para Brasília. Antes, desabafou:

— Foi uma grande palhaçada.

Aviões impediram a panfletagem

BOA VISTA (Do enviado especial) — Em desrespeito às normas do DAC, uma frota de pequenos aviões impediu o início, anteontem, da panfletagem que a Funai promoveria sobre Boa Vista, convocando os garimpeiros a deixarem a reserva ianomami. Os aviões voaram tão próximo ao Bandeirante utilizado pelos funcionários da Funai que obrigaram o piloto a fazer pouso de emergência. Segunda-feira à noite, para coroar o desafio, cerca de 15 aviões pequenos sobrevoaram em círculos o Aeroporto de Boa Vista, interdito pelo DPF, numa atitude que os agentes consideraram de afronta. Os federais perderam, assim, o primeiro e único combate aéreo contra os garimpeiros e seu aliado, o Governador Romero Jucá.

Para os funcionários da Funai envolvidos com a operação, o recuo do

Palácio do Planalto em relação ao fim dos garimpos demonstra a falta de seriedade com que a questão indígena é tratada, tanto pelo Governo federal, por ter demorado seis meses para aprovar o “Projeto Meridiano 62”, como pelo Governo de Roraima que, segundo eles, deveria ter apoiado a “Operação Canaimé”.

— Foi uma batalha de Itararé, aquela que nunca ocorreu. Mandaram os federais para cá e, em apenas um dia de batalha, mudam toda a operação original, para deixá-la a cargo do Governo estadual. Tudo não passou de um blefe — queixou-se um funcionário da Funai.

O Governador comemorou:

— Acabou a operação de guerra, com todo esse armamento pesado que a Polícia Federal trouxe. Garimpeiro não é bicho para ser caçado.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo

Class.: 1258 (4)

Data: 10/01/90

Pg.: 07

Telefotos de Josemar Gonçalves



No Aeroporto Internacional de Boa Vista, garimpeiros se manifestam contra a proibição de decolagem de aviões com destino à reserva ianomami



O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, conversa com líder garimpeiro

Governador paralisou a operação

EDUARDO TRECE
Enviado especial

BOA VISTA — O Governador de Roraima, Romero Jucá, paralisou a "Operação Canaimé" ao anunciar, na noite de segunda-feira, a decisão do Governo federal. Seria a concretização do "Projeto Meridiano 62", proposto por Jucá em junho do ano passado. O Governador disse que recebera telefonema do Presidente José Sarney aprovando sua idéia e negociou uma espécie de trégua entre garimpeiros, Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Polícia Federal, embora as principais pistas de aeroportos na região permaneçam interditas.

O projeto reservou as regiões do Catrimani-Couto Magalhães (352.075 hectares), Uraricoera (195 mil) e Uaricá-Santa Rosa (117.880) — em torno da reserva ianomami — para a exploração dos garimpeiros que hoje se encontram na reserva.

O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou ontem a Boa Vista para uma reunião com o Governador, o Ibama e a Funai, orientado pelo Presidente José Sarney a encontrar uma solução pacífica. Se até anteontem os garimpeiros repudiavam a operação, pelo menos ontem ficaram mais satisfeitos com seu novo

rumo, embora ainda teimem em querer ficar na reserva ianomami. O que seria uma retirada de garimpeiros, com a Polícia Federal atuando na área com 400 homens para expulsá-los; virou uma operação de remanejamento para as áreas do "Projeto Meridiano".

A Polícia Federal continuará, no entanto, a fiscalizar o Aeroporto de Boa Vista e outras pistas para impedir que aviões abasteçam os garimpos com combustível e mantimentos. A data limite do dia 15 para o remanejamento dos garimpeiros, pela Polícia Federal, juntamente com a Funai, Ibama e, agora também, com o acompanhamento do Governo de Roraima, a princípio, foi mantida.

— Estou aqui para trazer tranquilidade à população de Roraima. O Presidente José Sarney quer uma solução pacífica para a questão, que favoreça tanto os índios quanto os garimpeiros, que terão outros lugares para lavrar — disse Tuma.

Ao todo, serão fechadas na reserva 62 pistas de pouso. Nas novas áreas já existem 30 pistas feitas por garimpeiros e pela própria Funai. O Governador pretende ainda demarcar uma quarta área na região da Floresta Nacional dos garimpeiros, rica em cassiterita, da Serra do Parima, com mais de cem mil hectares, a oeste da reserva ianomami.



Policiais enchem caminhonete com provisões que confiscaram num avião

Fotos de satélite ajudarão a identificar danos à ecologia

Até julho, a Funai quer fazer levantamentos completos sobre os prejuízos ecológicos causados pelo garimpo na reserva ianomami em Roraima. A base dos estudos serão as fotografias obtidas pelo satélite Landsat.

A primeira parte do trabalho começou em outubro e permitiu a elaboração de relatórios para a FAB e a Polícia Federal, com a localização de 130 pistas de pouso clandestinas no Estado, inúmeras outras no Pará e as principais áreas de Roraima onde trabalham cerca de 40 mil garimpeiros.

O principal interesse da Funai é definir os limites das terras ianomamis e estudar a qualidade dos rios próximos. No primeiro levantamento verificou-se que o garimpo, até fora da reserva, altera a qualidade dos rios onde os índios pescam e usam a água.

Nas fotos, esses rios aparecem com tons azuis, indicando que na água há muita terra jogada durante a lavagem do cascalho para a separação do ouro, além de produtos químicos como o mercúrio. Os rios que não são afetados pelo garimpo aparecem com a tonalidade escura.